

CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA

DAF/F10/2025 Aquisição de servidores e storage para cluster do Datacenter

Índice

Capítulo I	3
Disposições Gerais	3
Cláusula 1.ª - Caderno de Encargos e Objeto	3
Cláusula 2.ª - Local da execução do contrato	3
Cláusula 3.ª - Documentos Contratuais	3
Cláusula 4.ª - Prazo de Vigência	3
Capítulo II	3
Obrigações Contratuais	3
Secção I	3
Obrigações da Entidade Adjudicatária	3
Cláusula 6.ª - Obrigações da entidade adjudicatária	3
Cláusula 6.ª - Objeto do dever de sigilo	4
Cláusula 7.ª - Prazo do dever de sigilo	4
Cláusula 8.ª - Patentes, licenças e marcas registadas	4
Secção II	4
Obrigações da Entidade Adjudicante	4
Cláusula 9.ª - Obrigações da Entidade Adjudicante	4
Cláusula 10.ª – Preço e Condições de pagamento	4
CAPÍTULO III	5
Penalidades contratuais e resolução	5
Cláusula 11.ª - Penalidades Contratuais	5
Cláusula 12.ª - Força maior	5
Cláusula 13.ª - Resolução por parte da Entidade Adjudicante	6
Cláusula 14.ª - Caução	6
Capítulo IV	6
Disposições Finais	6
Cláusula 15.ª – Gestor do Contrato	6
Cláusula 16.ª - Contagens de prazos	6
Cláusula 17.ª – Notificações	6
Cláusula 18.ª - Subcontratação e cessão da posição contratual	7
Cláusula 19.ª - Encargos do Contrato	7
Cláusula 20.ª - Legislação Aplicável	7
ANEXO I	8
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	8

Capítulo I

Disposições Gerais

Cláusula 1.ª - Caderno de Encargos e Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as condições jurídicas, técnicas e económicas a incluir no contrato a celebrar entre o Município de Azambuja e o adjudicatário, cujo objeto consiste na **Aquisição de servidores e storage para cluster do Datacenter**, com observância das especificações técnicas constantes no Anexo I do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.ª - Local da execução do contrato

O contrato será executado no Município de Azambuja.

Cláusula 3.ª - Documentos Contratuais

1. O contrato será reduzido a escrito, nos termos do artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Para além do clausulado contratual e respetivos anexos, fazem parte integrante do procedimento de aquisição os seguintes documentos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pela entidade convidada, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para o efeito;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Além dos documentos indicados no número anterior, a entidade adjudicatária obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável e não esteja em oposição com os documentos do contrato, as normas portuguesas e europeias, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais e as de fabricantes ou de entidades detentoras de patentes.
4. O estabelecido no texto do contrato prevalece, em caso de dúvida, sobre o que constar dos demais documentos.
5. Havendo contradição entre os documentos do n.º 2 da presente cláusula, a prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
6. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 e o clausulado contratual, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º deste Código.

Cláusula 4.ª - Prazo de Vigência

1. O contrato a celebrar terá um prazo de vigência de três meses.
2. O contrato entra em vigor na data da sua celebração

Capítulo II

Obrigações Contratuais

Secção I

Obrigações da Entidade Adjudicatária

Cláusula 6.ª - Obrigações da entidade adjudicatária

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais da celebração do contrato, decorrem para a entidade adjudicatária as seguintes obrigações:

- a) Executar as prestações objeto do contrato de acordo com o estipulado nas especificações técnicas do **Anexo I** do presente Caderno de Encargos;
- b) Comunicar antecipadamente à Entidade Adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações;
- c) Não ceder, sem prévia autorização da Entidade Adjudicante, a sua posição contratual;
- d) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições de execução do objeto contratual, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
- e) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o presente contrato, a sua situação jurídica e o seu registo comercial.

Cláusula 6.ª - Objeto do dever de sigilo

- 1. O adjudicatário deverá guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3. Exclui-se do dever de sigilo toda a informação e documentação que fosse comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário, assim como toda a informação e documentação que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 7.ª - Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar da extinção, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à prestação de segredos comerciais ou a credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 8.ª - Patentes, licenças e marcas registadas

São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, durante a execução do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

Secção II

Obrigações da Entidade Adjudicante

Cláusula 9.ª - Obrigações da Entidade Adjudicante

Constituem obrigações da Entidade Adjudicante:

- a) Pagar ao Adjudicatário o preço contratual, nas condições estabelecidas na cláusula seguinte;
- b) Comunicar, em tempo útil, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do contrato;
- c) Facultar toda a informação relativa aos serviços prestados ao abrigo do contrato, sempre que lhes seja solicitado;
- d) Respeitar a legislação aplicável, bem como os procedimentos que sejam comunicados e exigidos pelo adjudicatário na utilização das suas instalações.

Cláusula 10.ª – Preço e Condições de pagamento

- 1. A Entidade Adjudicante deve pagar ao Adjudicatário o valor constante na proposta, o qual não pode exceder **74.900,00 € (setenta e quatro mil e novecentos euros)**, valor ao qual acrescerá IVA à taxa legal em vigor.

2. As quantias devidas pela Entidade Adjudicante, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pela mesma das respetivas faturas.
3. O preço referido no n.º 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante, incluindo despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais.
4. Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária ou cheque.
6. A fatura emitida, no âmbito da execução do presente contrato, deve respeitar a legislação em vigor relativa à Faturação Eletrónica, nomeadamente, o art.º 299.º-B do Código dos Contratos Públicos. Para o efeito, o Município de Azambuja utiliza a plataforma Ilink (www.ilink.pt).

CAPÍTULO III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 11.ª - Penalidades Contratuais

1. Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, a Entidade Adjudicante pode exigir ao adjudicatário o pagamento de sanções pecuniárias pelo incumprimento das datas e prazos de entrega acordados entre as partes, calculadas de acordo com a seguinte fórmula:

$$S = V \times A / 250$$

Em que S corresponde ao montante da sanção, V é igual ao valor do contrato e A é o número de dias em atraso

2. Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 329.º do CCP, o valor acumulado das sanções não poderá exceder 20% do preço contratual.
3. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Entidade Adjudicante exija uma indemnização por mora e incumprimento definitivo.

Cláusula 12.ª - Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades à entidade adjudicatária, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, pandemias, nomeadamente a atual pandemia por covid19, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados da entidade adjudicatária, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades da Entidade Adjudicatária ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre eles recaiam;

- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
 - 5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas caso seja compatível com a natureza das prestações a executar.
 - 6. Havendo impedimento – não imputável a qualquer das partes - que inviabilize a execução, em tempo útil, das prestações do presente contrato, cessam as obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo das prestações já executadas.

Cláusula 13.ª - Resolução por parte da Entidade Adjudicante

- 1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, caso o adjudicatário viole de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
 - a) Atraso, total ou parcial, no cumprimento das obrigações contratuais superior a 2 dias ou declaração escrita da entidade adjudicatária de que o atraso excederá esse prazo;
 - b) Não cumprimento por parte do adjudicatário das especificações técnicas referidas no Anexo I do Caderno de encargos.
- 2. O exercício do direito de resolução terá lugar mediante notificação, por carta registada com aviso de receção, da entidade adjudicatária, da qual conste a indicação da situação de incumprimento, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do seu conhecimento pela Entidade Adjudicante.
- 3. A resolução do contrato não prejudica o direito à indemnização que caiba à Entidade Adjudicante nos termos gerais.

Cláusula 14.ª - Caução

Nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, não é exigida a prestação de caução.

Capítulo IV

Disposições Finais

Cláusula 15.ª – Gestor do Contrato

Nos termos e para efeitos do artigo 290.ºA do CCP, no contrato celebrado entre as partes será indicado o Gestor do Contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.

Cláusula 16.ª - Contagens de prazos

- 1. Na fase de formação do contrato a contagem dos prazos obedece ao disposto no art.º 470º do CCP.
- 2. A contagem dos prazos na fase de execução do contrato obedece ao disposto no art.º 471º do CCP.

Cláusula 17.ª – Notificações

- 1. As notificações entre as partes devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados nos contratos, e efetuadas com suficiente clareza, de modo que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo.
- 2. Com exceção das situações em que o presente Caderno de Encargos exija uma formalidade especial, as notificações podem ser efetuadas pelos seguintes meios:
 - a. Por carta registada com aviso de receção.

- b. Por correio eletrónico: **aprovisionamento@cm-azambuja.pt**.
3. Salvo indicação em contrário, os atos administrativos inerentes à execução do contrato de aquisição só produzem efeitos após notificação, nos termos previstos nos números anteriores.
4. Qualquer alteração das informações de contacto constantes dos contratos deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.ª - Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo adjudicatário e cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 19ª - Encargos do Contrato

As despesas e encargos inerentes à celebração do contrato escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 20.ª - Legislação Aplicável

Em tudo o omissa no presente caderno de encargos observar-se-á o disposto no Código de Contratos Públicos e demais legislações aplicáveis.

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Dois Servidores para Cluster de virtualização
 - 2x CPU Intel Xeon Gold 5415+ 3.2G, 8 Cores/16 Threads
 - 1.024 GB de memória RAM (16x 64GB DDR5 RDIMM, 5600MT/s, Dual Rank)
 - 2x discos SSD de 480GB/cada
 - Placa de rede com 2 portas a 100GbE QSFP
 - Controladora de 2 portas a 32Gb em fibra ótica
 - Fontes de alimentação de 1100W redundantes Hot-Plug
 - Software de gestão remota avançada
 - Garantia de 5 anos, on-site, Next Business Day
- Storage para armazenamento de dados
 - Controladora de 2 portas em fibra ótica, cada porta a 32Gb, com 4 transceiver de 32Gb
 - 10x discos de 3.84TB SSD SAS RI 24Gbps 512e 2.5" Hot-Plug
 - Fontes de alimentação de 580W redundantes Hot-Plug
 - Garantia de 5 anos, on-site, Next Business Day
- Unidade de Robot de Tapes para backup Offline
 - Drive LTO9 SAS
 - 15x Ultrium LTO-9 18TB/45TB Tape Cartridge
 - 1x Cleaning Tape Cartridge
 - Garantia de 5 anos, on-site, Next Business Day
- Placa Dual External port Mini-SAS 12Gbs para interligação de Robot de Tapes ao servidor de backup existente
- Serviços de implementação

Os serviços a executar para o bom funcionamento da solução, cumprindo com as boas práticas de segurança, são os que se descrevem de seguida:

- Reunião de kick-off para definição dos objetivos a cumprir, planeamento de execução e calendarização
- Instalação dos dois servidores novos de 1U, da storage array nova de 2U e do Robot de Tapes de 1U, em rack no DataCenter do município
- Instalação e configuração de Hyper-V nos dois novos servidores
- Setup e configuração do novo storage array
- Criação de pools e RAID groups de acordo com necessidades estabelecidas previamente
- Configuração de cluster com alta disponibilidade
- Efetuar a migração de VMs do atual Cluster para o novo (Nota: serviço fora de horas para minimizar a paragem nos serviços)
- Configuração de backup para o novo Robot de Tapes e ajustes necessários nos jobs de backup do software Veeam Backup, após migração de dados
- Remoção de dois servidores e um storage existentes do bastidor do site principal e instalação em bastidor de site remoto
- Reinstalação e configuração de Hyper-V nos servidores
- Instalação e configuração de storage

- Setup e configuração de Hyper-V em cluster no site remoto
- Configuração de replicação de VM's do site principal para o site remoto através da criação de jobs de replicação no Veeam
- Verificação da replicação de VMs entre sites
- Efetuar teste de failover e failback de uma virtual machine
- Testes e validação do sistema
- Formação On-job, com o acompanhamento por parte do(s) técnico(s) dos SI do Município, através do qual se efetua a passagem de conhecimento sobre a nova solução
- Entrega de relatório de implementação da solução instalada, com todos os componentes e configurações da mesma, a qual servirá como “memória descritiva” de referência para o Município